

Ano de Impressão 2010

Roseli A. d. Santos¹
Cecília Maria Ghedini²
Catiane R. Ribeiro³
Elis Marina B. Fedato⁴
Joice A. A. Abrão⁴

**A HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA
DAS MULHERES AGRICULTORAS NO
SUDOESTE DO PARANÁ¹**

RESUMO: O registro da história das mulheres agricultoras do sudoeste do Paraná faz parte de um projeto de extensão desenvolvido por grupo professores, acadêmicas do curso de geografia e pedagogia e profissionais recém formadas. No sudoeste do Paraná, desde sua colonização efetiva, tem sido intensa a participação política de homens e mulheres para garantir o acesso e a permanência da agricultura familiar. Em consequência da efervescência política é que neste território as entidades representativas da agricultura familiar e os movimentos sociais têm se tornado referência para outros lugares. É neste contexto, que destacamos, o processo de organização política das mulheres agricultoras. Primeiramente a partir de uma organização popular relacionada ao segmento das Igrejas, em especial a católica, e posteriormente o atrelamento desta com o movimento sindical.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres, política e movimento.

SUMMARY: The record of the history of farmer women of Southwestern Parana is part of a cooperation project, developed by a group of professors, students of the course in Geography and Pedagogy, and graduates. In the southwestern Parana, from its actual colonization, the political participation of men and women has been intense in order to ensure the access and the permanence of familiar agriculture. For the political effervescence, in this territory the representative entities of familiar agriculture and the social movements have become references for other places. In this context we highlight the process of political organization of farmer-women. First, beginning with a popular organization related to Church's segments, especially the Catholic one, then the bond of this to sindacalist movement.

KEY WORDS: women, politic, movement.

1 Projeto financiado com recursos da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior – Fundo Paraná.

2 Professora Adjunta da Unioeste do curso de geografia e coordenadora do projeto, roseliasantos@gmail.com.

3 Professora Assistente da Unioeste e membro da equipe de pesquisa/extensão.

4 Bolsistas recém formadas do projeto de extensão Registrando a história e as experiências político-organizativas das mulheres agricultoras do sudoeste do Paraná.

INTRODUÇÃO

O sudoeste do Paraná tem sido identificado por inúmeros autores e também pelas entidades de organização setorial como de um território da agricultura familiar. Isso se justifica não apenas pelo grande número de pequenos estabelecimentos agropecuários, como também pela produção e gerenciamento com base no trabalho familiar, com uma produção voltada, no geral, ao mercado mas que mantém traços do tradicionalismo que se revela no processo produtivo como a policultura, a produção de alimentos e, também, nas relações cotidianas de vizinhança e associativismo, por exemplo.

A colonização efetiva do sudoeste do Paraná ocorre a partir da década de 1940, conduzida especialmente por gaúchos e catarinenses descendentes de povos europeus, principalmente alemães e italianos. Eram povos descapitalizados e que sofriam nos lugares de origem com a fragmentação da terra em decorrência do aumento da família e da pressão dos agricultores mais capitalizados sobre suas terras. Assim, a migração para o sudoeste tem por parte desta população, o objetivo de ocupar e produzir a sobrevivência das famílias, com base no trabalho agrícola – embora surjam no período profissionais liberais, comerciantes que também influenciaram na organização territorial.

Neste processo de ocupação se reproduz, territorialmente, as bases culturais e políticas que caracterizam o sudoeste como, por exemplo, a sociedade patriarcal, o predomínio da religião católica e da instituição familiar, a pequena propriedade e a produção agrícola de alimentos entre outras. São essas condições e a perspectiva de perda da terra, como fonte de reprodução social e a importância cultural e econômica da propriedade da terra que reúnem os primeiros habitantes em torno de uma luta organizada conhecida nacionalmente como Revolta dos posseiros ou Revolta dos Colonos, ocorrida em 1957.

Um dos desdobramentos político dessa luta é a construção da noção da força da organização, em especial dos agricultores. Assim, ela é considerada o marco que possibilita a articulação de um importante segmento social, os agricultores familiares. Posterior à revolta dos posseiros, em pleno período militar, um grupo ligado às pastorais da Igreja Católica retoma a ideia de associativismo como uma forma de garantir o direito de permanência na terra e desenvolve grupos que, além da evangelização, discutem os direitos dos agricultores e iniciam um projeto de contraposição ao individualismo e ao modelo nascente de uma agricultura baseada no uso de insumos externos, do pacote tecnológico. Deste movimento de organização surge a ASSESOAR, que irá congrega diferentes sujeitos políticos na constituição de movimentos organizativos em defesa de uma

agricultura familiar.

Um dos movimentos expressivos que surge, na década de 1980, é o movimento popular das mulheres agricultoras que, seguindo a linha da teologia da libertação, se organizam em torno da defesa dos direitos das mulheres. São constituídas diferentes lideranças no contexto, as quais passam a serem fundamentais na organização de outras instituições de lutas, como sindicatos combativos e entidades associativas. Assim, o período de 1980 ao final dos anos 1990 é marcado por uma efervescência política na organização das mulheres agricultoras que, junto com outras organizações brasileiras, lutam pela conquistas de direitos sociais, que se materializam na conquista da documentação e do bloco de notas de produtora rural, entre outras. Apesar das conquistas no plano dos direitos sociais, o movimento não consegue muitos avanços com relação aos direitos específicos das mulheres, principalmente no que se refere à ocupação de espaços de poder na organização produtiva e na direção das entidades e organizações, e o movimento aos poucos recua, embora ainda muitas das lideranças desse processo sejam expressivamente atuantes e muitas das entidades de representação política na atualidade.

O PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL DO SUDOESTE E ORGANIZAÇÃO DA LUTA PELA AGRICULTURA FAMILIAR

Conforme destacam BONETTI (2005), ALVES et al. (2004) e SANTOS (2008), até a década de 1940 a população do sudoeste do Paraná era constituída por caboclos e algumas tribos indígenas. A produção era basicamente para subsistência, sendo a prática do extrativismo predominante, embora reconheçam a existência de relações comerciais incipientes, principalmente em relação a erva mate e madeira. Esses pequenos grupos populacionais tinham uma relação mais harmoniosa com o lugar e as condições naturais existentes.

Estas condições de vida e produção são alteradas com a ocupação da região, especialmente após a década de 1940 com a efetivação do programa do governo federal, denominada de “Marcha para o Oeste”, passando a receber intenso fluxo populacional que objetiva a ocupação de terras para constituição de moradia e produção agropecuária para as famílias que migravam, especialmente, dos demais estados do sul do país. A abertura dessa fronteira agrícola apoiada e subsidiada pelo Estado, a partir da constituição da CANGO, favorece a tentativa de solução dos problemas enfrentados pelas famílias migrantes em seus lugares de origem, como a falta de terra ou sua fragmentação em decorrência do aumento familiar e da implantação de formas de produção agropecuária que passava a exigir maiores áreas cultiváveis. FERES (1990) destaca ainda o caráter geopolítico da criação da CANGO

para ocupação de uma área fronteira e de um histórico de disputas territoriais.

Segundo RIBEIRO & FEDATO (2009), a partir desse momento ocorre uma significativa mudança na ocupação do sudoeste paranaense, com uma intensa colonização de migrantes gaúchos e catarinenses que trouxeram consigo amplas bagagens capitalistas, que incluía a delimitação e propriedade privada da terra, além da exploração da área de forma intensiva e a geração de excedentes.

Mesmo com a constituição da CANGO e do sucesso da ocupação da região, ocorrida de forma relativamente pacífica, considerando a não-resistência dos primeiros habitantes (apesar de sua segregação), no final da década de 1950 eclode uma intensa disputa pelas terras do sudoeste do Paraná, cuja propriedade legal passa a ser questionada, revelando as discordâncias políticas entre governos estadual e federal, em favor de interesses pessoais ou de aliados políticos ou econômicos.

Essa disputa pela propriedade privada da terra fomenta a organização dos posseiros urbanos e rurais, ricos e pobres, em defesa da terra ocupada. Esta luta ficou conhecida como a Revolta dos Posseiros e representa um importante marco na história da região, mas também por revelar a importância da organização popular.

No ato que ficou simbolizado como o da vitória dos posseiros contra empresas colonizadoras e seus jagunços a partir da tomada de cidades como Francisco Beltrão, Pato Branco e Santo Antonio do Sudoeste, a participação das mulheres pode ser visualizada por fotografias. No entanto não se tem conhecimento de nenhuma liderança feminina que tenha se destacado no movimento. Porém, não foram poucas as dificuldades que essas mulheres passaram, pois além de todos os afazeres domésticos, a grande maioria delas assumia trabalhos seja na agricultura, no comércio ou em outras atividades.



Figura 01 A participação das mulheres na Revolta dos Posseiros em 1957.
Fonte: Revista CAMBOTA (2007, p. 12).

As mulheres também tiveram uma forte participação na revolta e atuaram com muita coragem enfrentando os jagunços. Foram elas que mais sofreram as atrocidades, pois, muitas vezes, os homens, não tendo como pagar as terras, fugiam, e elas ficavam protegendo a propriedade e seus filhos, sendo o alvo principal dos bandidos, enfrentando a violência e truculência dos jagunços.

O fim da Revolta dos Possesores ocorre com a expulsão dos jagunços e companhias colonizadoras. A partir deste contexto de organização, luta e vitória, firma-se no sudoeste uma concepção de que a organização é o caminho para solução dos problemas enfrentados pelos agricultores familiares, mesmo após a regularização das terras, conquista da revolta, através da titulação das propriedades privadas, realizadas pelo GETSOP.

Na década de 1960, a idéia de organização é revisitada com a participação da Igreja, especialmente com a vinda de padres belgas com o objetivo de construir um processo de estruturação da agricultura familiar para melhoria da qualidade de vida. Neste sentido, SANTOS & MARSCHNER (2008, p.100) destacam:

Na década de 1960 surge no Sudoeste do Paraná a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), na época uma entidade vinculada à Igreja Católica, seguindo os ventos inovadores do Concílio Vaticano II (1962-1964), atuando na região na perspectiva de organizar a sociedade civil dentro de uma perspectiva religiosa progressista. A Assesoar inicialmente organiza as famílias de agricultores em grupos de reflexão e ação, que questionam a política assistencialista em vigor e passam a reivindicar um sindicalismo combativo [...].

Como destacam SANTOS & MARSCHNER (2008, p.100-101) as entidades de organização que surgem posteriormente no sudoeste do Paraná, como CPT, MST e FETRAF “fizeram fomentar o caldo de cultura de uma história contra o latifúndio, protagonizado pela revolta de 1957”.

Segundo os autores a criação das entidades citadas e outras criadas mais recentemente, são frutos do processo e representam uma forma de resistência ao modelo agrícola e se consubstanciam a partir da criação de cooperativas da agricultura familiar, entre as quais se destacam as cooperativas de Leite da Agricultura Familiar (CLAF), as Cooperativas de Crédito Rural com Integração Solidária (CRESOL) e as Cooperativas de Comercialização da Agricultura Familiar (COOPAFI).

O SURGIMENTO DA ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES AGRICULTORAS NO SUDOESTE

A organização política dos agricultores familiares, é uma das características do território. No entanto, apesar das lutas constantes e do processo de organização, predomina a sociedade patriarcal, na qual as mulheres são subsumidas aos homens e a família.

Como afirma RAFAGNIN:

A sociedade construiu e sedimentou diferença entre homens e mulheres a partir das crenças e normas de cada representação social, o que implicou, e ainda implica, na reprodução das desigualdades nas relações de poder não apenas entre homens e mulheres, mas entre as próprias mulheres, de acordo com a cor, idade, religião, posição social etc. (2005, p.7).

Homens e mulheres, embora pertençam à condição de agricultores familiares, tem papéis desiguais em relação à produção e principalmente ao controle da produção e no gerenciamento das rendas. Na busca de equidade nestas relações desiguais de poder, surge na década de 1970 o movimento popular de mulheres, que reunia mulheres urbanas e rurais, com um forte embasamento na questão religiosa, porém da ala mais progressiva da Igreja Católica. Tratava-se de um movimento que objetivava discutir questões específicas das mulheres urbanas e rurais. Desta primeira forma de organização específica de mulheres, surge um movimento de politização na perspectiva do sindicalismo combativo que vai constituir uma comissão de mulheres atrelada aos sindicatos rurais fazendo com que o movimento popular deixe de existir enquanto uma organização regional.

Essa nova caracterização da organização das mulheres, no contexto da constituinte dos anos 80, assume bandeiras de luta que se referem de forma mais específica as agricultoras, como, por exemplo, a luta pela documentação, onde se destaca o “bloco rural”, pois isto significava assumir a identidade profissional “agricultora”, pois até então, denominavam-se “do lar”. Também contribui na constituição dos sindicatos combativos em relação à política assistencialista adotada pelo sindicalismo a partir da década de 1970.

Apesar da iniciativa de organização, o trabalho e ação política das agricultoras permaneceram subsumidos, pois nas estruturas agrárias e familiar desse território também, as características da sociedade patriarcal é forte, cabendo a mulher papel previamente definido e secundarizado na tomada de decisões em relação ao meio rural.

Geralmente são os homens que decidem sobre as questões de

produção, de investimentos e de aplicação da renda da família. Na produção específica do leite, geralmente é a mulher quem trabalha, ordenha as vacas, mas na hora de receber o dinheiro do produto, é o marido quem vai buscar e administra. E outros casos, quando as mulheres recebem o dinheiro do leite, estas utilizam-no para comprar o “rancho” e as “coisas da casa”. Quando sobrar algum dinheiro, então elas atendem primeiro as necessidades dos filhos e das filhas e, somente, se restar algum dinheiro, irão comprar algo para si mesmas. Ainda referente à produção de leite, pode-se perceber que, embora as mulheres sejam as maiores responsáveis por este trabalho, a extensão rural dirige-se aos homens para tratar sobre o produto (AREDE, 2007, p. 12).

Por mais que as mulheres trabalhem na agricultura, produzindo juntamente com os homens e ainda desempenhem o trabalho doméstico não-remunerado, as decisões sobre o destino e aplicação da renda da família fica na mão dos homens, gerando uma dependência financeira grande, contribuindo para que a relação de submissão se fortaleça. Nesse contexto quem possui o maior poder manda e os demais obedecem (AREDE, 2007).

A participação das mulheres, embora de forma limitada, na organização das mulheres, seja vinculada ao movimento popular ou aos sindicatos, permitiu um reconhecimento das mesmas por parte dos dirigentes sindicais e mesmo da comunidade. Tal reconhecimento também, muitas vezes esteve acompanhado, contraditoriamente, da exclusão das mulheres de alguns processos.

Assim, a luta por direitos específicos das mulheres, representa a materialização dessa luta. Como destaca RAFAGNIN (2005), a inserção da aposentadoria para mulheres se baseava na discriminação na obtenção dos benefícios da previdência social, mas, acima de tudo, representava a motivação para inserção das mulheres na política sindical, trazendo para dentro destes uma pauta específica, como a definição de cotas para mulheres nas direções dos sindicatos. Posteriormente, são as especificidades que fomentaram a discussão, participação e inserção política das mulheres, como, por exemplo, salário maternidade, etc. Deste processo muitas conquistas foram obtidas, dentro e fora do movimento sindical. Essas lutas fizeram com que as agricultoras saíssem de suas casas e passassem a ocupar espaços nas entidades, nas lutas em Brasília, no fechamento temporário de agências bancárias etc. As décadas de 1970, 1980 e 1990 foram intensas nas organizações das mulheres agricultoras, especialmente na defesa da agricultura familiar.

Também deste processo organizativo das mulheres se

potencializam as ideias de associativismo para aumentar a produção e a renda na agricultura familiar, garantindo condições para sua permanência. Originam-se deste contexto, formas cooperativas específicas para agricultura familiar, tanto no nível de produção como de comercialização que contribuem na atualidade para sustentabilidade das unidades produtivas familiares e também das entidades representativas da agricultura familiar.

Apesar de referida relevância, a inserção efetiva das mulheres nas direções destas organizações exige esforço e pressão, pois muitas vezes, ficam relegadas às cotas, quando estas existem, e no cumprimento de atividades tidas como secundárias. A visibilidade das mulheres nesta história e nos processos não está suficientemente estudada para continuar a exercer o protagonismo que esta perspectiva do direito das mulheres precisa ter para as novas gerações.

Sabe-se que apesar do trabalho das mulheres significar 50% ou mais da força de trabalho na agricultura familiar, elas têm pouca visibilidade junto aos órgãos responsáveis pela elaboração e direcionamento das políticas públicas para a agricultura e para a sociedade como um todo. (BURG, 2006, p. 06).

Apesar da história de lutas e conquistas realizadas pela organização de mulheres, verifica-se um retraimento na participação da organização regional de mulheres, especialmente a partir de 1990, e também das direções de entidades. Isso revela a dificuldades das mulheres em se constituírem politicamente no contexto de uma sociedade patriarcal e mostra a necessidade da continuidade do processo de organização e luta pautando questões específicas das mulheres.

Também neste sentido compreendemos que no que se refere às lutas das mulheres por direitos sociais. Neste momento, nos parece que dois aspectos contribuem de uma forma mais direta no descomprometimento das agricultoras para com os movimentos e organizações políticas. O primeiro ocorre devido às conquistas sociais já alcançadas que, num horizonte mais próximo, apresentam certa zona de conforto. Conforme nos mostra PAULILO: “[...] no início o que atraía as mulheres [...] eram as questões trabalhistas, tais como: serem consideradas produtoras rurais, com direito à assistência em caso de acidente de trabalho; aposentadoria aos 55 anos; salário maternidade e pensão viuvez” (2000, p.04).

Um segundo aspecto está, de certa forma, ligado ao desconhecimento da história e de sua conceituação, principalmente pela ausência de estudos e fundamentos e também pela ausência de

registros formalmente sistematizados, que dêem conta de compreender as relações sociais e as lutas das mulheres da região.

É nesta perspectiva de compreensão da relevância política da organização das mulheres agricultoras que temos focado nossos estudos, na tentativa de resgatar a história política da organização das mulheres nesta região, objetivando o fomento da estruturação de uma rede de articulação que perpassasse as diferentes organizações da agricultura familiar, buscando a dinamicidade própria das mulheres sem que sejam subsumidas a um projeto que, calcado em valores patriarcais, não se dispõe a revê-los e aceita as regras do capital como se este fosse inexorável, possibilidades estas que necessitam de estudo e aprofundamento.

A DISCUSSÃO DE GÊNERO NO CONTEXTO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES AGRICULTORAS

O processo de organização, conquistas e retraimento das mulheres agricultoras no sudoeste do Paraná revela os diferentes papéis que as mesmas vêm tendo ao decorrer da organização da sociedade, o qual mostra uma hierarquia de valores que acabam por conformar o que é ser uma *mulher* ou um *homem* nesta sociedade. As organizações das mulheres emergem no Brasil a partir da década de 1970 e análises sobre o período, como demonstra LOWY (2007, p.323) se centram nas especificidades temporais e espaciais, as quais destacam as diferenças e importância das organizações na sociedade, “mostrando grupos escondidos”.

A compreensão do objeto de pesquisa e extensão que estamos desenvolvendo não considera a questão de gênero como uma distinção físico-biológica de homens e mulheres, mas como um conceito construído socialmente, visível a partir de um conjunto de comportamentos associados com masculinidade e feminilidade. Considerando ainda a representação social do sexo biológico, determinado pela ideia das tarefas, percebemos que existem funções e papéis específicos atribuídos a mulheres e a homens na sociedade, na vida pública e privada.

De acordo com GOUVEIA & CAMURÇA “gênero é um conceito útil para explicar muitos dos comportamentos de mulheres e homens em nossa sociedade, nos ajudando a compreender grande parte dos problemas e dificuldades que as mulheres enfrentam no trabalho, na vida pública, na sexualidade, na reprodução, na família” (1995, p. 11).

O conceito de gênero surgiu dos estudos sobre a mulher na década de 1970 com os movimentos feministas, discutindo e problematizando aspectos da vida social, política, econômica e cultural na promoção da igualdade entre homens e mulheres, permitindo uma maior

visibilidade dos problemas vividos pelas mulheres. Este conceito nos permite compreender as desigualdades econômicas, políticas e sociais existentes entre homens e mulheres desvelando que não são produtos de suas diferenças biológicas, mas sim construções resultantes das relações sociais, ou seja, das relações entre as pessoas e delas com a natureza, no desenvolvimento de cada sociedade. Essas relações vão construindo a história, a cultura dos povos e as relações entre homens e mulheres (CAMURÇA & GOUVEIA, 1995).

A sociedade rotula os indivíduos diante de suas diferenças, intensificando a hierarquia destes tanto no âmbito público como no privado, no caso das mulheres, no âmbito privado (família), seu trabalho é invisível e desvalorizado. A submissão dos indivíduos é imposta desde o nascimento pela forma como se organiza o trabalho, fazendo com que tenha como base a desigualdade que, através da forma como se organiza a sociedade, reproduzirá futuramente em suas relações sociais (CAMURÇA & GOUVEIA, 1995).

Ao compreender como as relações de gênero estruturam o conjunto das relações sociais torna-se mais fácil a um grupo ou a uma comunidade compreender o sistema a que pertence e questioná-lo em função de seus objetivos e propostas de crescimento e desenvolvimento, propondo assim transformações na estrutura do sistema capitalista. As mulheres nos últimos anos têm conseguido ascender social e politicamente, estudando, buscando sua independência financeira, tomando espaço na esfera pública, mudando a estruturação do mercado de trabalho, ocupando cargos importantes, que até então só poderiam ser ocupados por homens (MURARO, 1995).

Os estudos que se utilizam do conceito de gênero como categoria de análise na relação com a agricultura familiar são recentes, tendo sua base na divisão sexual do trabalho que, neste caso, aplica-se de forma diferenciada para meninos e meninas, desenvolvendo habilidades e capacidades diferentes nos homens e nas mulheres, além de construir uma hierarquia na organização social mesmo com relação aos direitos.

Percebe-se que estas condições têm avançado nos últimos anos, seja no que se refere aos direitos enquanto cidadania ou quanto à visibilidade e a valorização do trabalho das mulheres. Contudo, é importante destacar que no caso da agricultura familiar, mesmo que as mulheres organizem e coordenem iniciativas na organização produtiva, a decisão sobre o dinheiro não lhes cabe e as propostas para enfrentar estas questões, talvez as que têm raízes mais profundas na organização da agricultura familiar, ainda são poucas (NOBRE, 2005).

Compreendemos que os processos de luta e organização política foram fundamentais pois culminaram em uma intensa organização

social, política e econômica de resistência no sudoeste do Paraná. Porém, será preciso encarar os problemas que se vivem nas questões de equidade nas relações de gênero destacando-se o trabalho e as esferas organizativas ou seja, desde a família até as organizações.

Pode-se perceber, desta forma, que as temáticas específicas de gênero nem sempre estiveram presentes, no movimento de organização das mulheres no sudoeste do Paraná e a própria transição do movimento popular de mulheres para uma organização atrelada ao sindicalismo, revela a dificuldade em se manter as pautas específicas das mulheres, que cedem lugar à defesa da família e da agricultura. No entanto, é indiscutível a importância de se manter esta especificidade para se romper o caráter natural da desigualdade e a restrição das mulheres na sua capacidade reprodutiva.

CONSIDERAÇÕES

A organização política das agricultoras no sudoeste do Paraná, a partir da década de 1970, seguindo a tendência nacional de fortalecimento do feminismo, foi importante pela visibilidade que consegue atingir, inclusive com a reunião de centenas de mulheres em torno de direitos civis que alteraram sua inserção política na região, como a documentação individual para mulher (CPF, RG) e a inclusão de seus nomes nos blocos de produtoras rurais.

Porém, do ponto de vista da emancipação das mulheres enquanto sujeitos individuais e sujeito coletivo, o fato de não conseguirem constituir esta organização específica, autônoma, que se materializou no fato em que se desmonta o Movimento Popular de Mulheres e se constituiu uma Comissão de Mulheres atrelada ao sindicalismo rural, suas pautas específicas acabam sendo subsumidas às “importantes lutas” em defesa da agricultura familiar e dos direitos sociais da família.

Atualmente, esses limites são materializados na pequena participação das mulheres nas direções das entidades da agricultura familiar das quais elas foram fomentadoras, bem como no protagonismo em atividades produtivas que lhes seriam específicas, além do não-avanço na consciência do papel específico da mulher na sociedade e da amplitude que esta visão concretizada em novas ações com equidade entre homem e mulher, poderiam impactar o projeto de desenvolvimento.

Neste sentido, a atividade de pesquisa/extensão, ainda em curso, considera que observar e problematizar as condições materiais da existência de mulheres e homens é fundamental para compreender de que forma as agricultoras familiares se colocam na sociedade e como as desigualdades se materializam. Não se trata de uma antagonização de sexo, mas a focalização na especificidade do trabalho

e da ação da mulher agricultora familiar na organização política, buscando compreender os motivos do retraimento na atualidade e também as possibilidades de fomentar juntamente com as entidades parceiras que fazem parte do estudo, novas bandeiras de luta para retomada da organização das mulheres agricultoras a partir do debate de gênero.

REFERÊNCIAS

ALVES, F.A., et al. Sudoeste paranaense: colonização, estrutura fundiária e indicadores da modernização agrícola. In. Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p.149-170.

AREDE. *Mulheres gerando trabalho e renda na agricultura familiar*. Santa Rosa: COLI Gráfica e Editora, 2007.

BURG, I.C. *As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no sudoeste paranaense*. Florianópolis, 2005. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Curso de Pós- Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina.

CORDEIRO, R.; SCOTT, P. (orgs). *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Editora Universitária – UFPE; Recife, 2006.

FERES, João Bosco. *Propriedade da terra: opressão e miséria; o meio rural na história social do Brasil*. Nijmegen, Holanda: CEDLA, 1990.

FETRAF – SUL. *Projeto mulher: mulher agricultora familiar*. Livro 1. Chapecó, SC: Conexão, 2006.

GOUVEIA, T.; CAMURÇA, S. *O que é gênero*. Provisual Edição Gráfica, 3º ed Recife, 2000.

LOWY, I. A ciência como trabalho: as contribuições de uma história das ciências feministas. IN: HIRATA, H. SEGNINI, L. (orgs). *Organização, trabalho e gênero*. Editora Senac São Paulo, São Paulo, 2007.

MURARO, R.M. *A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e sua perspectiva para o futuro*. 4ª Ed. Rio de Janeiro, R.J.: Record: Rosa dos Tempos, 1995.

NOBRE, M. Relações de gênero e agricultura familiar. In: SOF-SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. *Feminismo e luta das mulheres: análise e debates*. Miriam Nobre; Nalu Faria; Maria Lúcia Silveira. SOF: São

Paulo, 2005.

NOBRE, M.; FARIA, N.; SILVEIRA, M.L. SOF-Sempre Viva Organização Feminista. *Feminismo e luta das mulheres: análises e debates*. SOF: São Paulo, 2005.

PAULILO, M.I.S. *Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio*. Cadernos de Pesquisa – Algumas questões de gênero e agricultura familiar. n.21, junho 2000.

PUPPIN, A.B.; MURARO, R.M. (Orgs.). *Mulher, gênero e sociedade*. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará: FAPERJ, 2001.

RAFAGNIN, L.G. *As mulheres e o sindicato de trabalhadores rurais de Francisco Beltrão: um estudo de caso*. Trabalho monográfico apresentado no curso de Ciência Política da FACINTER. Curitiba, 2005.

RIBEIRO, C.; FEDATTO, E. Registrando a Organização Política das Mulheres Agricultoras no Sudoeste do Paraná. IN: *Anais do Encontro de geografia da Unioeste*. Francisco Beltrão, 2009 (no prelo).

SANTOS, R. A.dos. *O processo de modernização da agricultura no sudoeste do Paraná* (tese de doutorado). UNESP Programa de Pós Graduação em Geografia. Presidente Prudente, 2008.